

A "ESCOLA PORTUENSE"

Pinharanda Gomes



C	A	I
	X	O
	T	M
EDIÇÕES		

A intervenção política foi parte significativa no projecto da “Renascença Portuguesa”, se bem que não tivesse originado um partido político, talvez porque, assumindo a prioridade da educação e da cultura, preferiu influenciar cidadãos que, optando partidariamente, levassem os ideais para os Partidos. Extinta a Faculdade de Letras, e embora *A Águia* subsistisse, a diáspora iniciava-se. Temos para nós que o primeiro sinal de reconstrução na diáspora se encontra na revista *Princípio*, fundada e dirigida no Porto (1930) por Álvaro Ribeiro, Adolfo Casais Monteiro e Manuel Maia Pinto. *Princípio* colocou-se a meio campo, entre a *Seara Nova*, com a qual tinha afinidades culturais e políticas, e a *Presença*, que se propunha realizar, em literatura, o mesmo que *Princípio* se propunha levar a efeito em política: uma abertura “ao esforço por um pensamento vivo e dinâmico, a que não sejam alheias as aspirações de todos os homens pela emancipação económica, cultural e espiritual”. Recusa do nacionalismo, aceitação do universalismo, procura da justiça e da verdade. Há lugar para inferir que a publicação requereria um pensamento transpartidário, privilegiando os instrumentos de uma política pluralista ao serviço da República, evitando uma “orientação republicana estreita”.

Já com os redactores em diáspora, *Princípio* deu um sinal. *Princípio* significa, não começo no tempo, mas emergência de um pensamento interveniente, activo e prossecutivo. Também pode significar, na sequência da Escola, o início de um tempo novo. Cumpre fixar esta publicação como óvulo do movimento intitulado “Renovação Democrática”, que, embora viesse a nascer em Lisboa, lançava as raízes no Porto, na herança leonardina e na “Renascença Portuguesa”.

Álvaro Ribeiro, importa confirmá-lo neste aspecto da sua biografia, estava possuído pela necessidade de intervenção política. A leitura de um documento, em edição póstuma, como é o das *Cartas para Delfim Santos (1931-1956)* revela-nos um Álvaro Ribeiro quase indiferente à Filosofia, de todo apostado na Política, e a sua vida no exílio de Lisboa, procurando decidir o rumo para a vida profissional, torna-se uma espécie de missão política, sempre na vivência das saudades do Porto, ou, talvez melhor, na vivência do *Porto ideal*, que seria o Portugal justo, harmonioso e verdadeiro. O movimento constituiu-se em Lisboa (1932), já na vivência da autocracia de Salazar, mas todos os contemporâneos são unânimes em

atribuir a Álvaro a gestão e a doutrinação da iniciativa. A carta de apresentação pública (29.2.1932) se bem que assinada por Álvaro, António Alvim, Eduardo Salgueiro e Pedro Veiga, foi redigida por Álvaro e por Pedro Veiga, que também redigiram o Manifesto Político, cujo ideário Petrus resume num elenco de teses fundamentais: reforço do espírito nacional, nova estrutura democrática, poder político devolvido ao Povo, instituições baseadas no sufrágio, Partidos como pilares da Democracia, satisfação das aspirações populares, e magistraturas políticas e jurídicas por eleição e só por eleição. Retomava-se o ideal da devolução de Portugal aos portugueses. Algo de novo, caminho entre integralistas, Seareiros, Marxismo e Estado Novo [sic].

[...]

Sendo [Álvaro Ribeiro] aluno universitário, fundou (1926) em parceria com Adolfo Casais Monteiro e Manuel Maia Pinto, o jornal *Acção Republicana*, de vida efémera, para combater a influência de Charles Maurras, do "Integralismo Lusitano" e criar, na nova geração, o elo de continuidade para o ideário da "Renascença Portuguesa". Falhada esta experiência, motivou os mesmos para outra, expressa na revista *Princípio* (1930), publicação de cultura política. Jamais sentiu a tentação de ser personalidade da vida política; mas morreu, e ainda mantinha o sonho de, na sombra, influenciar, senão a política geral, pelo menos os políticos que ele considerava mais aptos à recepção do seu ideal de saúde pública. Os tempos corriam desfavoráveis à reflexão republicana, na acepção histórica.

A "Escola do Porto". Uma introdução histórico-filosófica, Pinharanda Gomes, Porto, Caixotim Edições, 2005, pp. 67-69, 114-115.